



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

28 de janeiro 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Correio Lageano	Editoria: Política	Data: 28/01/2015
Assunto: Posse dos novos gerentes		Página: 06



CORREIO LAGEANO

A missão



Deputado Gabriel, Humberto, Elza Moretto e Murilo Vieira

O deputado Gabriel Ribeiro e a secretária adjunta da Educação, Elza Moretto, com os novos gerentes de Educação das SDR Lages, Humberto Oliveira; e São Joaquim, Murilo Fontanella Vieira (ambos filiados ao PSD e indicados por

Gabriel). Eles terão a missão de administrar as 58 escolas da rede estadual instaladas nos municípios da Amures. As unidades concentram, aproximadamente, 37 mil estudantes e mais de dois mil professores.



Veículo: Correio Lageano

Editoria: Opinião

Data: 28/01/2015

Assunto: Piso

Página: 19



CORREIO LAGEANO

Piso Salarial do Magistério

GILBERTO SÁ *

Criada em 2008, a lei do piso para o magistério público institui o salário para os professores da rede pública e 1/3 da jornada de trabalho para o planejamento das atividades pedagógicas. Neste ano, o MEC anunciou o novo piso do magistério, ficando em R\$. 1.917,78, para um regime de trabalho de 40 horas semanais. O reajuste foi de 13,01%.

A pergunta que ainda não quer calar é: este salário é compatível com uma profissão tão nobre e estratégica para o desenvolvimento de uma nação? Lamentavelmente não. Conforme avaliação do Dieese, o salário mínimo a ser pago a um professor em início de carreira deveria ser R\$. 2.923,22. Portanto, a defasagem salarial do piso está em 34,4% menor.

Apesar da valorização do mínimo nos últimos anos, o salário médio do professor ainda é muito menor do que o de profissionais de mesma formação. Conforme dados da Pnad 2012 (relatório de observação sobre as desigualdades na Escolarização do Brasil), apontam que em média o professor da educação básica recebe o equivalente a 51% dos salários de

outros profissionais. Para buscar resolver essa grande defasagem, a meta 17, previstas no Plano Nacional de Educação, sancionado em 2014, estabelece prazo de seis anos (em 2020) para equiparar o salário dos professores ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Técnicos do Dieese afirmam que a lei do piso do magistério foi um avanço e teve um impacto positi-



O grande desafio das redes municipais é estender o aumento do piso à carreira do magistério como um todo.

vo na educação básica brasileira, entretanto, ainda com todos os reajustes, ele ainda não é um valor expressivo para tornar a carreira atraente. Além do valor ser considerado baixo, muitas redes municipais e estaduais ainda não cumprem a lei do piso.

Hoje, o grande desafio das redes municipais é estender o aumento do piso a carreira do magistério como um todo e fazer valer outro dispositivo da lei que é implementar 1/3 da jornada de trabalho

(hora-atividade) para o professor preparar aula, estudar e atender os pais dos estudantes. Qualidade da educação exige melhores condições de trabalho.

Sabemos das dificuldades das prefeituras em pagar o piso, algo compreensível, pois sua arrecadação é insuficiente ou esbarra na lei da responsabilidade fiscal. Existe um movimento da Confederação Nacional dos Municípios para que o governo federal venha dar a complementação financeira junto aos municípios para garantir o pleno pagamento do piso na carreira. O Plano Nacional de Educação prevê aumento de financiamento para a educação, através de fontes como royalties do petróleo. Porém, se não houver pressão da sociedade o plano não sairá do papel. Então vejamos o que diz São Gregório: "Sábio não é aquele que demonstra sabedoria em suas palavras, mas aquele que demonstra sabedoria em seus atos."

* Professor Universitário e Consultor Educacional

» Artigos podem ser enviados para redacao@correiolageano.com.br com assunto "Artigo do Leitor" e tamanho de 2.400 caracteres.



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Sua Vida

Data: 28/01/2015

Assunto: Fies

Página: 26

DIÁRIO CATARINENSE

ENSINO SUPERIOR

Faculdades se unem na Justiça contra regras do Fies

A Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) retirou da Justiça ação contra as alterações feitas nas regras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) em dezembro do ano passado. A entidade diz que não desistiu de ingressar na Justiça, apenas mudará de estratégia. Vai dividir a ação em três e buscará o apoio de outras entidades.

– Ao dividir, vamos nos aprofundar nos temas de acordo com a discussão jurídica. Agora teremos três frentes e mais entidades assinando junto – diz a presidente da Fenep, Amábele Pacios.

As mudanças que foram feitas pelo Ministério da Educação (MEC) por meio de portaria no final do ano passado. Agora é exigida a nota mínima de 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e não ter zerado a redação para obter o financiamento – antes era preciso apenas ter feito o exame.

A portaria proíbe que o aluno acumule bolsa do Programa Universidade para Todos (ProUni) e o financiamento em cursos diferentes. A complementação das bolsas parciais no mesmo curso e na mesma instituição continua sendo permitida.

CONSTITUCIONALIDADE DA LEI É QUESTIONADA

Outra mudança estabelece a emissão de títulos do Tesouro, por meio dos quais as mantenedoras recebem o crédito do Fies. A emissão será feita em oito vezes no ano para as mantenedoras com número igual ou superior a 20 mil matrículas do Fies. Antes a emissão era feita mensalmente.

Uma das ações questionará a constitucionalidade da alteração da lei por meio de portaria. Outra será em relação à recompra restrita a oito vezes por ano. A terceira questionará a nota mínima. A Fenep estima redução de 20% no número de beneficiados.

O Ministério da Educação diz que as mudanças foram feitas em prol da qualidade do ensino e que o diálogo com as entidades permanece. Assessor do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, Solon Caldas diz que a entidade continua dialogando com o MEC e defende a discussão do tema fora dos tribunais.



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Sua Vida	Data: 28/01/2015
Assunto: ProUni		Página: 29

DIÁRIO CATARINENSE

ProUni registra quase 1 milhão de inscrições

O Programa Universidade para Todos (ProUni) registrou 972.364 candidatos inscritos até as 18h de ontem, segundo o Ministério da Educação (MEC). As inscrições começaram ontem e podem ser feitas até o dia 29 na página oficial. Segundo o balanço, São Paulo tem o maior número de inscritos (178.225), seguido por Minas Gerais (126.854) e pelo Rio de Janeiro (69.624).

O programa oferece bolsas no ensino superior privado com base

nas notas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Em 2015, serão ofertadas 213.113 bolsas – 135.616 integrais e 77.497 parciais, para 30.549 cursos, em 1.117 instituições de ensino superior.

ALUNOS DEVEM TER MAIS DE 450 PONTOS NO ENEM

Podem concorrer as bolsas estudantes que cursaram o ensino médio na rede pública ou na rede particular, na condição de bolsista integral. É preciso ainda comprovar renda bruta familiar, por

peessoa, de até um salário mínimo e meio. Para as bolsas parciais, no valor de 50% da mensalidade, a renda bruta familiar deve ser de até três salários mínimos.

Para se inscrever, o candidato deve ter obtido, no mínimo, 450 pontos na média das notas do Enem 2014. Além disso, não pode ter tirado zero na redação. Outra condição é que não tenha diploma de curso superior.

Professores da rede pública de ensino que concorrerem a cursos de licenciatura podem participar sem comprovar a renda.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 28/01/2015
Assunto: Olimpíada de Matemática		Página: Online



Olimpíada de Matemática vai abrir inscrições em fevereiro

As inscrições para a 11.^a Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas (Obmep) abrem em 23 de fevereiro e podem ser feitas até 31 de março. A Obmep é dirigida às escolas públicas municipais, estaduais e federais com matrícula de estudantes do sexto ao nono ano do ensino fundamental e dos três anos do ensino médio.

Composta de duas série de testes – a primeira prova neste ano será em 2 de junho e a segunda, em 12 de setembro – a Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas vai premiar 6,5 mil alunos, sendo 500 com medalhas de ouro, 1,5 mil de prata e 4,5 mil de bronze. Os medalhistas também serão convidados a participar do Programa de Iniciação Científica Júnior, em 2016. A Obmep reconhece, ainda, o trabalho dos professores, das escolas e das secretarias de educação dos 6,5 mil vencedores.

Todos os estudantes inscritos participam da primeira prova, que será realizada na própria escola em 2 de junho. O desafio é resolver 20 questões de múltipla escolha. Do desempenho desta fase, a olimpíada seleciona cerca de 5% dos estudantes, por escola, com melhor pontuação que vão para a segunda etapa, em 12 de setembro. Conforme o calendário da Obmep 2015, a relação de vencedores será divulgada em 27 de novembro.

Promoção dos ministérios de Ciência, Tecnologia e Inovação e da Educação, a Obmep é realizada pelo Instituto Nacional de Matemática Pura Aplicada (Impa) e pela Sociedade Brasileira de Matemática (SBM). Realizada desde 2005, a competição é um projeto de estímulo ao estudo da matemática nas redes públicas da educação básica de todo o país. Para incentivar a participação, produz e distribui material didático, oferece bolsas de iniciação científica aos estudantes e reconhecimento aos educadores, escolas e secretarias. A Obmep também prepara, a cada ano, cerca de 30 medalhistas de ouro para competições internacionais.

A 10.^a edição, em 2014, registrou 18,1 milhões de inscrições, a adesão de 46.711 escolas públicas da educação básica estabelecidas em 5.533 municípios, o que representa 99,41% das cidades.

Confira o calendário no portal da Obmep



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 28/01/2015
Assunto: ProUni		Página: Online

EM JORNAL E SERVIÇO DO BRASIL * * * WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

'A gente precisa dessa ajuda', afirma primeira bolsista do ProUni

Há dez anos, o cenário para Solange Aparecida Ferreira de Campos, 54, não era animador: com quatro filhos e recursos escassos, ingressar no ensino superior não era uma tarefa fácil.

A vontade, no entanto, coincidiu com a criação do ProUni (Programa Universidade para Todos), programa de concessão de bolsas para alunos de baixa renda, cuja lei completa uma década neste mês.

Em 2005, a estudante carregou o título de primeira bolsista do programa, e foi convidada para evento de sanção no Palácio do Planalto, ao lado do então presidente Lula. Naquele ano, foi contemplada com bolsa integral para cursar gastronomia em uma universidade de São Paulo.

Editoria de arte/Folhapress

"Eu já tinha ido a Brasília participar de algumas manifestações. Foi uma luta muito grande, e uma porta que se abriu. Mas ainda tem muito o que lutar", avalia. Para ela, ainda é baixa a "representatividade" do negro no ensino superior.

Para o frei David Santos, coordenador da ONG Educafro, é preciso ampliar a verba para despesas dos bolsistas com material didático e alimentação, por exemplo.

Hoje, o benefício é destinado a bolsistas integrais (70% do total). Ele também reivindica aproveitamento das bolsas parciais que ficam ociosas, convertendo esse benefício em bolsas integrais.

Durante a graduação, Solange conta ter passado por algumas dificuldades para concluir o curso - não apenas financeiras.

"A gente sabe que existe o racismo, a gente sabe que fazem comentários, e isso incomoda. Eu fui questionada: 'Por que você não paga?', conta. Ela afirma ter sido a



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Única negra na turma em que estudou. Entre os nove irmãos da família, é a única a ter um diploma do ensino superior. "A gente precisa dessa ajuda", diz.

Ainda durante o curso, foi estagiária de um hotel de grande porte na capital paulista e contratada assim que terminou a graduação. Depois, atuou na cozinha de particulares e no bar aberto por um dos quatro filhos.

Hoje, ela tem como renda a venda de trabalhos de artesanato, que já produzia antes de ingressar na gastronomia. Solange afirma que a intenção agora é abrir um negócio próprio.

"Como preciso de tempo para aprender mais, ir atrás de outros cursos complementares, deixei um pouco de lado o trabalho na área e estou me organizando para montar o meu", afirma. Além do Prouni, ela elogia a lei de cotas, embora defenda que "isso já deveria ter sido feito há muito tempo".

Após a sanção da lei, em 2012, o governo agora discute a criação de "mecanismo de inclusão" de pretos, pardos, indígenas, estudantes com deficiência ou altas habilidades em cursos de mestrado e doutorado.

Em dezembro, o Ministério da Educação criou um grupo de trabalho para discutir o assunto. A previsão é que um documento final seja elaborado até o próximo mês. A definição de cotas na pós-graduação é uma das reivindicações de entidades do setor.

INSCRIÇÕES

Nesta segunda-feira (26), o MEC (Ministério da Educação) abriu as inscrições para bolsas de estudo da primeira edição do ProUni 2015. A inscrição deve ser feita no site do ProUni até as 23h59 do dia 29 de janeiro.

Ao todo, o programa oferece 213.113 bolsas, das quais 63,6% (135.616) são integrais –as demais cobrem 50% das despesas da graduação. O número representa crescimento de 11% em comparação ao processo do primeiro semestre de 2014, quando foram ofertadas 191.625 bolsas.

O ProUni exige nota acima de zero na redação do Enem 2014, além de pontuação mínima de 450 pontos na média das notas. Os estudantes podem acessar o site do programa para ver a distribuição dos benefícios em todo o país



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 28/01/2015
Assunto: Sisu		Página: Online



48% DE INSCRIÇÕES POR COTAS

MEC divulga dados do Sisu 2015, e nota de corte de cotistas é só 3% inferior à dos demais

Fonte: O Globo (RJ)

A um ano de que se cumpra o índice de 50% de vagas reservadas para cotas em universidades federais, estabelecido por lei em 2012, o total de inscritos por esse sistema na primeira edição de 2015 do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) alcançou 48,1%.

Ao mesmo tempo, a diferença entre a média geral das notas de corte para não cotistas (665,03) e cotistas (644,08) continua em queda e, hoje, é de pouco mais de 3%, contra mais de 5% há dois anos. Possível reflexo, dizem analistas, da grande procura de estudantes pelo sistema de cotas, algo que se reflete na relação candidato-vaga: 27,99, para inscritos pela Lei de Cotas, contra 25,66 dos que se enquadram na categoria chamada de “ampla concorrência”.

No total, segundo dados divulgados ontem pelo Ministério da Educação (MEC), 2.791.334 estudantes usaram suas notas do Exame Nacional do Ensino médio (Enem) para pleitear uma vaga na universidade pública, recorde histórico e aumento de 9% em relação ao ano passado. Esses candidatos fizeram 5.431.904 inscrições (cada estudante pode optar por duas opções de curso). No primeiro semestre de 2014 haviam sido 4.988.206 inscrições.

Em meio ao universo de 2015, 42,7% das inscrições (2.319.594) foram feitas por Lei de Cotas, enquanto outros 5,4% (294.329) efetuaram seus registros através de ações afirmativas disponibilizadas em diferentes instituições país afora, que, além dos critérios étnicos e de conclusão de curso em Escolas públicas, também contemplam candidatos com deficiência, por exemplo, entre diversos outros casos. A “ampla concorrência” respondeu nesta edição por 51,9% (2.817.981) das inscrições. De acordo com o secretário-executivo do ministério, Luiz Cláudio Costa, as notas de corte das duas modalidades são muito próximas, o que consolida a maior qualificação, inclusive, para estudantes com perfil cotista:



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

— A diferença (nas notas entre cotistas e não cotistas) tem que existir. Esse é o princípio. Mas hoje é muito pequena, dentro do razoável. É para corrigir uma diferença que houve no passado com alguns segmentos da nossa população. Mas, ao mesmo tempo, não pode ferir a qualidade.

‘SEGREGAÇÃO ERA INJUSTA’, DIZ ESPECIALISTA

Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara concorda. Segundo ele, o quadro rebate o argumento de que os cotistas teriam capacidade inferior aos demais.

— Esse número demonstra o quanto a segregação existente no Brasil era cruel e injusta, já que limitava o futuro dos estudantes vindos de Escolas públicas e negros, por exemplo — sustenta. — Muitas pessoas consideram a Lei de Cotas como um privilégio. Mas, na verdade, trata-se de um direito. Pessoas que eram marginalizadas viram que têm chances e são iguais.

Já o coordenador de Vestibular e Professor de História do Colégio QI, Renato Pellizzari, considera o quadro um alerta sobre os reais desdobramentos da política de cotas. Para ele, a aproximação entre as médias gerais para cotistas e “ampla concorrência” está ligada ao grupo de estudantes que estudam em colégios públicos de excelência e conseguem se inscrever pela categoria.

— As notas estão ficando muito altas porque Alunos de colégios como Pedro II e Colégio de Aplicação da Uerj conseguem se candidatar às cotas por serem de Escolas públicas. Mas eles têm perfeitas condições de entrar pela “ampla concorrência” — comenta, ressaltando que as cotas, porém, não devem ser bandidas, mas repensadas: — Esse recurso foi criado para corrigir distorções, mas não está fazendo isso.

A maioria dos inscritos nesta edição do Sisu foi de mulheres, que respondem por 57% dos registros no sistema. Além disso, de acordo com o MEC, 53% dos inscritos têm de 18 a 24 anos, enquanto os estudantes de 17 anos representam 22%. Destes, muitos correspondem àqueles que fazem o vestibular apenas como treinamento por ainda não ter concluído o Ensino médio. Candidatos com mais de 45 anos são 4% do total de inscritos.

Na distribuição por regiões, vem do Nordeste a maior quantidade de inscrições no Sisu. A área reúne 38% dos inscritos. Em segundo lugar aparece o Sudeste, com 33%, seguido por Norte (11%), Sul (10%), e Centro-Oeste (8%).

A instituição com maior número de inscrições também fica no Nordeste: a Universidade Federal do Ceará (UFCE), com 187 mil. Depois, aparecem a Universidade Federal de Minas (UFMG), que atraiu 186 mil candidatos, e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com 177 mil. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ficou em quarto lugar, com 174 mil registros.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Como ocorre tradicionalmente, o curso de Medicina foi o mais concorrido do Sisu, com média de 63,14 candidatos por vaga. Em seguida vêm Psicologia (55,16), e Educação Física (47,12).

No entanto, é o curso de Administração que teve o maior número de inscrições (312.991), à frente de Direito (262.255) e Pedagogia (249.348). Medicina foi o quarto, com 237.267. Os quatro são tradicionalmente os mais procurados.

COM OS PÉS NA UNIVERSIDADE

Para os milhares de aprovados, o dia foi de comemoração, mas também de planejamento. Após quatro anos tentando uma vaga em Medicina, a estudante Vanessa Feijó Andrade, de 20 anos, que mora em Fortaleza, finalmente realizou seu sonho. Mas, além de se dedicar ao curso, ela terá que enfrentar o desafio de morar longe da família. Vanessa foi aprovada para a Universidade Federal de Campina Grande (PB) e terá que morar a 618 quilômetros de casa.

— Faria qualquer coisa por esse curso. Vai ser difícil no começo, mas a gente se adapta — conta a caloura, que já está buscando alguém para dividir apartamento na nova cidade.

Em Belo Horizonte, a futura colega de profissão de Vanessa também é só alegria. Lara Ferreira de Abreu, de 18 anos, passou para Medicina na UFMG em 17º lugar pela “ampla concorrência”.

— Juntando os estudos em casa e no cursinho, eram cerca de dez horas por dia. É muito bom ver que o esforço valeu a pena.

Aprovado em Física na UFRJ, Victor Velasco, de 18 anos, já faz planos para a carreira:

— Sempre sonhei em ser cientista e gostava muito de física e matemática. Agora, quero fazer um semestre da universidade no exterior e construir uma carreira como pesquisador e Professor.

Os aprovados devem efetuar suas matrículas entre 30 de janeiro e 3 de fevereiro. Quem não foi selecionado pode participar da lista de espera, confirmando o interesse até o próximo dia 6.

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA O PROUNI

O governo federal abriu ontem as inscrições para o Programa Universidade para Todos (ProUni). São 213.113 bolsas, sendo 135.616 integrais e 77.497 parciais, em 30.549 cursos distribuídos por 1.117 instituições de Ensino superior privadas. Os interessados têm até às 23h59m de quinta-feira para efetuar o cadastro.

Os cursos de Engenharia são maioria entre as oportunidades, com 26.051 bolsas. Em graduações individuais, Administração é a que tem o maior número de bolsas (22.050), seguida por Pedagogia (15.562) e Direito (15.010).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Para o curso de Medicina foram ofertadas só 788 bolsas. Apesar de bem tímido, o número representa um aumento de 14% em relação ao ano passado.

Podem concorrer às bolsas, estudantes que cursaram o Ensino médio na rede pública ou na rede particular, na condição de bolsista integral. O candidato deve comprovar renda bruta familiar, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Para as bolsas parciais, no valor de 50%, a renda bruta familiar deve ser de até três salários mínimos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 28/01/2015
Assunto: Base educacional		Página: Online



OPINIÃO: SEM EDUCAÇÃO NÃO HÁ SOLUÇÃO

"Sem Educação, os investimentos em saúde, moradia, emprego ficam vazios", afirma Anna França

Fonte: Portal DCI

Quando era pequena meu velho pai dizia que dinheiro chama dinheiro. Muitos anos depois, já como jornalista na área de economia, pude entender o que ele falava e ver um pouco dessa realidade cruel, detectada por vários estudos.

Só na última semana, a notícia de que a mais da metade da riqueza do mundo está na mão de poucos, cerca de 1%, se espalhou como um rastilho de pólvora pela web. Já a pobreza não, ela é mais democrática, ela aparece em vários lugares. Só na América Latina ela já atinge 28% da população, um nível que se mantém desde 2012, em meio a uma desaceleração da economia da região, como mostrou um boletim da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal).

De acordo com o "Panorama Social da América Latina 2014", o número de pessoas em situação de pobreza chegou no ano passado a 167 milhões. Enquanto isso, a população em situação de miséria extrema subiu para 12%, ante 11,7% em 2013, o que corresponde a 71 milhões de pessoas.

As projeções mostram um leve aumento da taxa de miséria... o que significaria não apenas um retrocesso desta taxa aos níveis observados no princípio da década, mas também um crescimento considerável da quantidade de pessoas afetadas por essa situação, devido ao crescimento demográfico, diz o estudo.

Os países que apresentaram maior redução da pobreza foram Paraguai, El Salvador, Colômbia, Peru e Chile. Além de analisar a pobreza pela renda, o estudo apresentou uma medição complementar que engloba cinco âmbitos: moradia, serviços básicos, educação, emprego e proteção social, e padrão de vida.

Nessa medição, as maiores quedas ocorreram em Argentina, Uruguai, Brasil, Chile e Venezuela.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Os países da América Latina e Caribe enfrentam hoje o desafio de continuar buscando os avanços significativos na redução da pobreza e o desemprego, assim como ampliar os avanços iniciais na distribuição de renda, alcançados em conjunto com a consolidação democrática, a estabilização macroeconômica e as políticas sociais, afirmou a Cepal.

Mas como crescer se a economia não responde? Essa é a maior dificuldade dos países pobres, se fixar na economia. Uma pista, porém, foi dada pelos tigres asiáticos há muitos anos. Determinados, os orientais se impuseram, lá pelos anos 70, uma meta de crescer de forma consistente por vários anos. Esse plano de longo prazo colocava no centro da estratégia a educação.

E parece que eles estavam certos, a educação é essencial para que o indivíduo não só queira melhorar mas como tenha consciência do que fazer e como fazer.

Sem educação, os investimentos em saúde, moradia, emprego ficam vazios. O ser humano precisa saber valorizar e, principalmente, entender o que é valioso, de forma ética e social. Somente a educação pode resgatar de forma gradual e consistente uma nação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 28/01/2015
Assunto: Progressão		Página: Online



PROGRESSÃO AUTOMÁTICA E PROGRESSÃO CONTINUADA

Dois artigos sobre fluxo escolar e políticas públicas

Fonte: Gazeta do Povo (PR)

O horário eleitoral gratuito colocou no ar, mais uma vez, a discussão de uma importante questão do sistema de aprovação para os Alunos do Ensino fundamental: a promoção automática. Entretanto, os interesses eleitoreiros passam, como sempre, ao largo da essência da questão, utilizando, de forma demagógica, um ponto bastante importante da reforma educacional. Acredito que é possível criticar, mas sem esquecer os aspectos positivos que estão inseridos nessa sistemática.

Nada como reler as ideias do grande pedagogo brasileiro Paulo Freire, que foi secretário da Educação no município de São Paulo. Para ele, o sistema de seleção e avaliação é cruel e leva à exclusão social; além disso, reforça o caráter autoritário do Professor como detentor do conhecimento. Ao perder o poder de reprovar Alunos e excluí-los da Escola, o corpo Docente é uma das primeiras vozes a engrossar a crítica ao modelo.

Não se pode esquecer de que algumas crianças têm dificuldade para aprender por diversas razões, como doenças, subnutrição, dislexia, hiperatividade etc., e que essas dificuldades sempre existiram e não são um problema exclusivo do nosso país ou estado. Ocorre que, no passado, essas crianças eram simplesmente excluídas da Escola, perdendo o contato com as demais, com o Professor e, além de tudo, perdendo a merenda, tão importante para a população carente. Essa exclusão leva, sem sombra de dúvida, a um sentimento de humilhação, afetando a autoestima da criança, tornando-a uma presa fácil para a marginalidade social. Progressão continuada: necessidades para o êxito

Que a Educação brasileira precisa de mudanças é algo indiscutível, mas discutíveis são as reformas e políticas estabelecidas, muitas vezes com caráter efêmero, e que não incluem a participação dos Professores nessas propostas. Com relação à progressão continuada, isso se refere principalmente ao conceito de avaliação e, conseqüentemente, reflete sobre outras concepções, como por exemplo: conhecimentos (Escolares), métodos, currículo, ou seja, tudo que está direta ou



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

indiretamente relacionado com o processo educativo. Digo isso por que questiono se ao instalar uma política de progressão continuada nos sistemas de Ensino, os envolvidos têm a real compreensão de seu significado e das demandas necessárias.

Leia a opinião completa de Reginaldo Rodrigues da Costa, doutor em Educação e Professor de Fundamentos da Aprendizagem e Metodologias de Ensino de Ciências e Matemática da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, é Professor da rede pública estadual de Ensino do Paraná.

Deixa-me pasmo que figuras com abertura intelectual venham a público proclamar aos quatro ventos que seu primeiro ato no governo será acabar com a aprovação automática. “Só passa quem tiver condições.” Parece que a eleição levou inclusive pessoas com sensibilidade social a enveredar pelo caminho fácil da crítica sem fundamento e para a demagogia barata. Aperfeiçoar o modelo, criando condições para que haja um acompanhamento eficiente dos Alunos com problemas de aprendizagem, possibilitando a sua readaptação, é o mínimo que se espera de uma política de bom senso. Esperar isso de políticos conservadores e com viés autoritário seria inusitado, mas, de partidos comprometidos com a inclusão social, seria, no mínimo, óbvio.

Acredito que o tema mereceria uma reflexão mais profunda, pois nem todos os indivíduos apresentam a mesma disponibilidade para o aprendizado a partir dos sete anos. Este limite é estatístico e existem margens de erro em função da diversidade humana. Cada indivíduo tem o seu tempo, o que não significa que uma criança que aos dez anos ainda não conseguiu aprender a escrever tenha, necessariamente, um problema cognitivo ou que o Professor seja incompetente.

É preciso avaliar cada caso antes da decisão drástica de excluir a criança do ambiente Escolar, tornando-a socialmente fracassada. Investir mais na Escola pública para o acompanhamento de crianças com dificuldades cognitivas seria a solução mais racional e não o autoritarismo da reprovação.

*Renato Ladeia é Professor de Administração do Centro Universitário da FEI.

Leia opinião no site original aqui

Opinião: Progressão continuada: necessidades para o êxito
Que a educação brasileira precisa de mudanças é algo indiscutível, mas discutíveis são as reformas e políticas estabelecidas, muitas vezes com caráter efêmero, e que não incluem a participação dos professores nessas propostas.

Com relação à progressão continuada, isso se refere principalmente ao conceito de avaliação e, conseqüentemente, reflete sobre outras concepções, como por exemplo: conhecimentos (escolares), métodos, currículo, ou seja, tudo que está direta ou indiretamente relacionado com o processo educativo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Digo isso por que questiono se ao instalar uma política de progressão continuada nos sistemas de ensino, os envolvidos têm a real compreensão de seu significado e das demandas necessárias.

Antes de mais anda, é preciso observar se os currículos estabelecidos têm como objetivo o desenvolvimento de competências e habilidades que possibilitem ao aluno a posição ativa de construtor do seu conhecimento e que a escola seja um espaço de atitude ativa do sujeito da aprendizagem, o aluno.

Certamente, o que afirmei antes pode ser considerado como “chover no molhado”, pois muitos outros educadores já têm dito o mesmo, mas, o que ressalto é que a progressão continuada exige atitudes e entendimentos diferentes do que se tem hoje por parte do Estado, da família, da escola e também dos professores sobre reprovação e aprovação.

Do Estado, se requer acompanhamento, apoio e a instituição de mecanismos que possam favorecer a progressão dos alunos com a construção de competências e habilidades necessárias à atuação do sujeito na sociedade. E, principalmente, processos de formação de professores capazes de favorecer a construção de um significado coerente de ensino, de aprendizagem, de currículo e de avaliação.

À família, compreende o papel de parceria e de corresponsável pela aprendizagem dos seus filhos. Exige-se dela também uma mudança na compreensão do papel da escola e dos professores na formação dos alunos. Posso afirmar que muitas famílias atribuem toda a responsabilidade da aprendizagem dos alunos e, da mesma forma, a reprovação à escola. Observo que muitas vezes há apenas preocupação se o aluno foi retido ou não num mesmo ano e, raramente, com o que ele aprendeu. Acredito que isso se deve ao fato da maléfica impressão de que, principalmente no ensino público, “não se reprova”!

A progressão continuada vai exigir dos professores uma percepção progressista no sentido freiriano. Exigirá uma reflexão sobre a sua forma de ensinar e sobre o fato de que muitos alunos não aprendem. Nesse sentido, entendo que seja necessário um processo que envolva diretamente os professores na implantação da progressão continuada. Digo isso para que não ocorra algo semelhante ao que, por exemplo, aconteceu com o Ciclo Básico de Alfabetização e com a Correção de Fluxo no Paraná. Não eram propostas ruins, mas faltou formação aos docentes para que pudessem se apropriar dos princípios e dos objetivos pretendidos.

Quero ressaltar que não considero a progressão continuada inadequada, mas que sua implementação vai exigir muito, e quando digo muito não me refiro somente aos dirigentes educacionais, mas à toda sociedade. Vai exigir uma mudança no entendimento, na organização dos sistemas de ensino, dos currículos e da escola, principalmente no que diz respeito em ser um local de construção e não de reprodução de conhecimentos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

*Reginaldo Rodrigues da Costa, doutor em Educação e professor de Fundamentos da Aprendizagem e Metodologias de Ensino de Ciências e Matemática da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, é professor da rede pública estadual de ensino do Paraná.